



O décimo andar do Tribunal de Justiça ficou tomado por pessoas interessadas em resolver suas pendências judiciais: solução de conflitos

Em busca do consenso

Nos dois primeiros dias da Semana Nacional de Conciliação, mais de 800 audiências foram realizadas e 50% das propostas foram aceitas, somando R\$ 1,1 milhão em acordos que beneficiaram as partes envolvidas

» NAIRA TRINDADE

O acordo judicial firmado ontem com a agência bancária deixou Marcos Welbe, 32 anos, esperançoso. Desde 2007, o empresário pelejava na Justiça por uma decisão favorável sobre um processo de revisão de contrato de compra de veículo. Os autos se arrastavam nos tribunais com outros milhares à espera de uma avaliação. Ontem, em 40 minutos de diálogo, o empresário conquistou o que queria graças ao mutirão da Semana Nacional de Conciliação 2010, realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em dois dias de negociações, mais de 800 pessoas participaram de audiências conciliadoras nos postos de atendimento dos tribunais e juizados especiais. Apenas no prédio do Tribunal de Justiça, 42 bancas foram montadas, sendo cinco para atender às demandas da 2ª instância, duas volantes e 35 para os processos de 1ª instância. A comissão de conciliação — instituída pela Portaria nº 81 — é composta por seis juízes e seis servidores, e conta com a colaboração de 199 conciliadores voluntários, além de estagiários e servidores das varas cíveis.

Das mais de oito centenas de encontros, 50% aceitaram as propostas apresentadas, dando um ponto final ao processo judicial. Nas primeiras 48 horas, o TJDFT somou mais de R\$ 1,1 milhão em consensos que beneficiam as partes envolvidas: cerca de R\$ 970 mil na segunda-feira e R\$ 145 mil na terça, quando funcionaram apenas os postos de juizados especiais. Devido ao feriado do Dia do Evangélico, os magistrados do tribunal não marcaram encontros conciliadores, mas trabalharam normalmente. O balanço de acordos fechados ontem nos postos de atendimento não foi informado.

A 7ª edição da Semana de Conciliação do Distrito Federal, quinta com a participação do Conselho Nacional de Justiça, segue até esta sexta-feira e pretende incentivar a solução de conflitos por meio do diálogo, garantindo maior celeridade à Justiça. O órgão trabalha com a expectativa de atender cerca de 1,8 mil processos, todos vinculados a problemas com instituições financeiras. Proprietário de um Classe A, Marcos Welbe garantiu ontem o direito absoluto sobre o carro. "Depois de três anos protestando sobre os juros abusivos cobrados por um banco, terei de quitar parte da dívida em duas parcelas. O acordo ficou muito interessante, pois eu tinha pago 20 mensalidades e ainda faltavam 40", compara, satisfeito.

Acordo

Conciliação é um meio alternativo de resolução de conflitos em que as partes confiam a uma terceira pessoa (neutra), o conciliador, a função de aproximar-las e orientá-las na construção de acordo. O conciliador é uma pessoa da sociedade que atua, de forma voluntária e após treinamento específico, como facilitadora do acordo entre os envolvidos, criando um contexto propício ao entendimento mútuo, à aproximação de interesses e à harmonização das relações.

Palavra de especialista

Método amigável

Mais de 300 mil audiências de conciliação devem ser realizadas em todo o país nesta Semana Nacional de Conciliação. O acordo é um método amigável de resolução de conflitos, e pode ocorrer tanto com disputas que já deram origem a processos na Justiça quanto em

litígios que ainda se encontram em fase pré-processual. No ano passado foram realizadas 260 mil audiências, sendo que, destas, 123 mil resultaram em algum tipo de acordo (47,2%). O objetivo fundamental da campanha é disseminar a cultura da conciliação no Brasil. São inúmeros os benefícios trazidos para a sociedade através da conciliação. A solução consensual dos conflitos também contribui para desafogar o Poder Judiciário

da quantidade excessiva de processos, resultando em economia financeira, tendo em vista o alto custo dispendido pela máquina pública na tramitação dos processos, e proporciona agilidade no andamento das ações, fazendo com que muitas demandas que estavam há anos paralisadas na Justiça cheguem finalmente a um desfecho.

Morgana Richa, conselheira do Conselho Nacional de Justiça

R\$ 1.120.295

Saldo acordado nos dois primeiros dias de mutirão da Semana Nacional de Conciliação